

# Mobilização deve acelerar trabalhos na mesa de negociação

Foto: Benedito Maia

*Direção do Sindieletro quer agilidade e discussão qualificada na mesa de negociações e realiza setoriais para ampliar o debate em todo o Estado. Expectativa é fechar um acordo com avanços, sem comprometer a data-base da categoria*

Nas duas primeiras rodadas de negociações, a direção do Sindieletro defendeu a construção de um ACT que, além de recuperar o respeito à organização dos trabalhadores, assegure a reposição das perdas salariais e conquiste melhores condições de trabalho, saúde e segurança. No entanto, a lentidão do Comitê de Negociação que agenda reuniões curtas e com grandes intervalos, sinaliza a preocupante intenção da empresa de prolongar ao máximo a Campanha para a Renovação do ACT 2006/2007.

No ritmo proposto pela Cemig, só a argumentação da pauta consumiria todo o período que antecede a data-base e empurraria a discussão do Acordo para depois do segundo turno da eleição presidencial. *“A pergunta que fica é: que influência o resultado da eleição teria sobre a proposta de renovação do ACT? Parece que se Lula vencer a eleição, a proposta será uma e se Alckmin se eleger será outra”*, avalia o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner.

Pelo calendário do Comitê da Cemig, após a argumentação de toda a pauta, está previsto o debate entre empresa e representantes dos trabalhadores e só após esta etapa os representantes da empresa apresentariam a sua proposta para avalia-

ção da categoria. Outra questão preocupante é o fato da coordenação do Comitê já ter afirmado na mesa de negociações que este ano a Cemig também tem a sua “pauta”.

Wilian Vagner destaca que esta pauta certamente não contempla nenhum interesse do trabalhador e trará apenas demandas dos acionistas, que hoje ditam as políticas da Cemig. *“Só a mobilização e a organização dos trabalhadores poderão barrar esta manobra e garantir uma Campanha focada nos direitos do trabalhador”*, destaca o coordenador do Sindieletro.

## Setoriais reacendem debates na categoria

O Sindieletro iniciou as negociações cobrando dos representantes da Cemig a retomada, por parte da empresa, do respeito e do diálogo com os trabalhadores. Para aprofundar o debate, desde o último dia 9, a direção do sindicato promove reuniões setoriais em todo o Estado, discutindo com a categoria cada passo da Campanha. A participação dos eletricitários garante a definição da estratégia de mobilização e o debate sobre os principais pontos da Pauta de Reivindicação.

Na Regional Norte a participação dos trabalhadores tem



Setorial da Itambé foi uma das muitas promovidas pelo Sindieleiro em todo o Estado

sido grande. *“Existe uma grande disposição para a realização de mobilizações até na rua, caso seja necessário”*, destaca o coordenador regional, Alex Fabiano. Na Regional Triângulo, a categoria está ansiosa pelo posicionamento da Cemig nas negociações. *“Os trabalhadores reconhecem a importância da organização sindical e esperam que a pauta seja analisada com carinho pela empresa, que tem condições financeiras de atender todos itens econômicos e outros pontos”*, conta o coordenador no Triângulo, Salim Gomes Araújo.

Na Regional Oeste, onde foram realizadas muitas setoriais, o coordenador Celso Primo acredita que a tendência é que a participação melhore ainda mais à medida que as negociações avançarem. No Vale do Aço, a participação da categoria tem sido intensa. *“Estamos conversando com os trabalhadores, esclarecendo as dúvidas e mantendo a mobilização para que a categoria continue atenta e participativa”*, conta o co-

ordenador da CUT e do Sindieletro na região, Marcos Túlio Silva.

O coordenador da Regional Metalúrgica, Leonardo Timóteo, avalia que a categoria está se conscientizando da importância do debate *“para fazer um contraponto ao marketing e a grande mídia que excluem de sua cobertura assuntos de interesse do trabalhador”*. O diretor acredita que as setoriais resgatam a força coletiva para garantir conquistas. *“Nossa organização, que já evitou a privatização da Cemig, é o pilar para conquistas que vão além da reposição salarial e poderá barrar a intransigência da empresa, garantindo um futuro melhor para os eletricitários e para a Cemig”*, destaca.

### Direito de organização

Nas primeiras reuniões de negociação ficou claro o prejuízo imposto aos eletricitários pelas práticas anti-sindicais adotadas pela direção da Cemig nos últimos anos. *“Ao contrário*

*da empresa que conta com e-mails, Informador Gerencial, gerentes e supervisores para se comunicar com os eletricitários, o sindicato dispõe de poucos instrumentos e não poderá abrir mão do diálogo nas setoriais e do livre acesso aos trabalhadores”*, destacou Wilian Vagner.



# Eletricitários reivindicam melhorias no Auxílio-educação

Além das enormes dificuldades que os trabalhadores enfrentam para conseguir a ajuda de custo, a quantia semestral oferecida pela Cemig é quase insignificante, diante dos altos preços cobrados pelas universidades particulares

A cláusula 20 da pauta de reivindicações da Campanha para a Renovação do ACT deste ano quer democratizar e ampliar o acesso ao Auxílio-educação, uma antiga demanda dos trabalhadores. Para isso, quer que a empresa derrube as restrições para a concessão e aumente para 30% o valor concedido para financiar as men-

salidades. Além disso, a categoria reivindica a inclusão de cursos de especialização, pós-graduação e tecnológicos.

Pedindo para não ser identificado, um eletricista, que cursa Administração de Empresas, acredita que apenas os trabalhadores protegidos pela chefia obtêm o Auxílio-educação. Ninguém de seu setor foi beneficiado e o universitário não pôde se inscrever porque a Cemig não concede a bolsa aos trabalhadores que optam por cursos diferentes do previsto no PCR por função. Como não consegue arcar com as mensalidades, o trabalhador foi obrigado a se matricular em menos disciplinas. “Eu já poderia estar formado, mas não consigo pagar o total da mensalidade. Com isso, fico prejudicado, com o curso todo atrasado”, revela.

O Auxílio-educação da Cemig é de R\$400 por semestre, o que está fora da realidade dos preços cobrados pelas universidades particulares. Pela regra,

o valor limite não é suficiente sequer para cobrir 15% da despesa semestral de um aluno matriculado em cursos como Geografia, História ou Pedagogia, os mais baratos oferecidos pela PUC Minas, com mensalidades em torno de R\$513. No caso de Engenharia Elétrica, um dos mais procurados pelos eletricitários, a mensalidade custa cerca de R\$742.

“É quase impossível conseguir o auxílio. Na minha opinião, isso tudo é fachada”, comenta uma trabalhadora matriculada em Engenharia Elétrica. Ela fez sua pré-inscrição para o auxílio, mas teve seu pedido negado e não recebeu nenhum esclarecimento por parte da Cemig. De acordo com a trabalhadora, ser apadrinhado por algum chefe ajuda a obter a bolsa. “Geralmente, as pessoas que trabalham em campo têm mais dificuldade porque não têm relação próxima com os chefes. Na verdade, existe um preconceito contra os peões”, critica.

## Cemig busca imagem positiva

Apesar de insuficiente, o Auxílio-educação da Cemig foi citado no guia “As 150 Melhores Empresas Para Você Trabalhar”, das revistas Exame e Você S/A, que também destacou as bolsas de estudos de idiomas oferecidas. A nota de 58,2 pelo benefício garantiu à companhia um Índice de Qualidade na Gestão de Pessoas de 70,2 pontos.

Para Lúcio Parrela, diretor de Formação do Sindieletrô, os dados estão distantes da realidade. “Para merecer o título de boa empresa para se trabalhar, a Cemig não deveria fazer essa propaganda enganosa. Na rea-

lidade, os critérios para a concessão do auxílio são tão rígidos que beneficiam uma minoria”, avalia.

Para ele, o benefício foi implantado de maneira tímida. “Esta é uma pauta de extrema importância para os trabalhadores, mas também para a empresa”, afirma. Segundo o diretor, atualmente, muitos trabalhadores estudam sem qualquer ajuda da empresa, mas depois a companhia se utiliza do conhecimento que eles adquiriram e, na maioria das vezes, sem oferecer melhores oportunidades de remuneração e carreira.



Auxílio-educação distante do custo das universidades particulares

## FALA TRABALHADOR(A)

Fotos: Benedito Maia



Quando a Cemig distribui altíssimos dividendos, quer evitar qualquer suspeita de fragilidade financeira entre os acionistas. Já para os empregados, a empresa quer aproveitar de uma manobra contábil e de marketing, para mostrar que não tem condições de nos dar o que estamos reivindicando. No entanto, sabemos que a situação não é bem esta. Esse repasse de dividendos confirma que a situação da empresa não poderia estar melhor. Continua com arrecadação crescente, ótimos acordos de venda de energia, estendeu seu parque gerador e ainda efetuou a compra da Light, com uma previsão de aumento de 20% nos lucros só com a diminuição da inadimplência. Não podemos esquecer que os lucros do investimento na Light não serão distribuídos para nós empregados da Cemig. Então, não devemos considerar os custos deste investimento na nossa negociação.

**Fabiano dos Reis Xavier,**  
Eletricista de Linhas e  
Redes, ACO – Itambé



É errado a Cemig aumentar o repasse de dividendos para os acionistas, e esquecer dos trabalhadores que constroem a empresa no dia-a-dia de suas atividades. Todo ano quando chega perto de Campanha Salarial, a Cemig fala que não tem dinheiro, mas a gente sabe que isso não é verdade. Eles ficam contando estória da Carochinha, querendo que a gente acredite em Papai Noel... Eu preferia que a empresa jogasse aberto. Se a Cemig tem dinheiro para os acionistas, é porque também tem como repassar aos trabalhadores o que eles têm direito. Afinal, somos nós trabalhadores que geramos o lucro da Cemig. A empresa tem que enxergar isso, tem que aprender a ver o lado dos trabalhadores. Infelizmente, muita gente acaba fazendo o jogo da Cemig. Os trabalhadores precisam se conscientizar sobre sua força, seu poder de influenciar as decisões e de fazer as coisas melhorarem. Não adianta só reclamar. O Sindicato somos nós.

**Maria Luzia Rocha da Silva,**  
Agente Comercial, DC/RC –  
Itambé

## O funil do Auxílio-educação

Para conseguir a bolsa semestral de R\$400, os trabalhadores devem:

- Estar matriculado em cursos de graduação ou técnicos, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e que constem no PCR da Cemig;
- Ter aproveitamento acadêmico e desempenho profissional satisfatórios;
- Ter salário-base de, no máximo, R\$3.150;
- Estar em pleno exercício de suas atividades, ou seja, os cedidos, licenciados e afastados não podem solicitar o benefício;
- Quem tem penalidades nos últimos 12 meses anteriores ao início do semestre letivo também não podem ser beneficiados.

## O que os trabalhadores reivindicam:

- Inclusão no programa de cursos de especialização, pós-graduação e tecnológicos;
- 30% de reembolso das despesas mensais;
- Fim das restrições para a concessão do benefício.

# Saúde e segurança são temas importantes nessa campanha

A pauta de reivindicações traz vários itens que dizem respeito à saúde e segurança dos trabalhadores. Um dos pontos é a Readaptação Funcional e a luta é para garantir que os tra-

balhadores readaptados por acidente ou doença do trabalho tenham garantia de emprego, até suas aposentadorias, sem perda das parcelas remuneratórias. Segundo Ana Lúcia Mur-

ta, médica do trabalho do Sindieletro, para o trabalhador se sentir útil e integrado no local de trabalho, a empresa deve nortear suas ações na perspectiva da inclusão social.

Outro ponto da pauta é a reivindicação que o mandato dos trabalhadores eleitos para as CIPAS seja ampliado de um para dois anos, e que o sindicato participe do curso preparatório de cipistas, ministrado pela Cemig. Um dos objetivos é ampliar o tempo para que os cipistas eleitos se preparem para reconhecer os riscos nos processos de trabalho, e possam propor ações que minimizem os problemas existentes.

Para a renovação do ACT, a categoria também cobra res-

peito aos intervalos intrajornadas de 10 minutos para os trabalhadores que atuam na digitação combinada com atendimento telefônico. Nesta Campanha os eletricitários reivindicam ainda a constituição de uma Comissão Permanente, formada por representantes das empresas e dos trabalhadores, para discutir saúde e segurança no trabalho e preparar campanhas de prevenção de acidentes e doenças profissionais.

Jairo Nogueira Filho, diretor de Saúde e Segurança do Sindieletro, diz que o sindicato tem discutido intensamente os pontos da pauta com os trabalhadores, buscando qualificar a discussão. “Esperamos que a empresa responda com discussões baseadas em critérios técnicos e de humanização do traba-

Foto: Benedito Maia



Ritmo acelerado e pressão comprometem intervalo na digitação

## Intervalo de 10 minutos é obrigatório, mas não é respeitado

Atualmente existe uma orientação por parte de alguns gerentes da Cemig para que o trabalhador que atua com digitação faça um intervalo de 10 minutos a cada uma hora. No entanto, a maioria dos trabalhadores não consegue cumpri-lo em função da sobrecarga de trabalho, da pressão do atendimento e do cadastro de novos clientes no sistema.

A pressão pela produtividade, o excesso de demandas e a ausência de condições adequadas de trabalho acabam se sobrepondo ao tempo necessário para que o trabalhador execute suas tarefas com qualidade, resguardando a sua saúde física e mental. “Há uma incompatibilidade entre o trabalho real e o prescrito. Assim, o trabalhador fica refém das metas, do sistema e do processo de trabalho”, afirma Jairo Nogueira.

Na opinião de Alex Fabiano, coordenador da Regional Norte, a empresa deve regula-

mentar as pausas obrigatórias, possibilitando o cumprimento do intervalo necessário para preservar a saúde do trabalhador. “As metas da Cemig são cada dia mais puxadas, assim, a pausa deve ser garantida pela empresa e cumprida pelo trabalhador”.

São vários os exemplos de adoecimento encontrados nos diferentes setores da Cemig. Um destes casos é o de uma trabalhadora da digitação (que não quis ser identificada). Ela já foi afastada diversas vezes por ortopedistas por apresentar os sintomas que caracterizam o quadro de LER/DORT, mas sempre volta a desempenhar a mesma função. Assim, as sessões de fisioterapia e os medicamentos antiinflamatórios não resolvem o problema e só aliviam temporariamente a dor e o incômodo.

A trabalhadora ressalta que os móveis e instrumentos de trabalho na Cemig não são adaptados às características de cada eletricitário. “Hoje viven-

cio conseqüências do processo de informatização da empresa, que começou há cerca de 10 anos. A Cemig tem que estar atenta aos efeitos colaterais dos processos que implanta, tem que cuidar dos seus funcionários”, afirma.

A médica Ana Lúcia ressalta que não é o trabalhador que deve “se dobrar e se esticar” no ambiente de trabalho, mas as ferramentas e instrumentos que devem se adaptar às condições físicas e psicológicas do eletricitário, levando em conta o conforto, a segurança e o desempenho eficiente das atividades, segundo os princípios da Ergonomia.

“O trabalhador adoecido sofre perdas financeiras, pois a Cemig retira alguns benefícios quando concede licença médica, e sofre também de discriminação por parte dos colegas. Tudo isso o deixa ainda mais fragilizado”, avalia Luciano Lopes Amaral, diretor do Sindieletro.

Foto: Benedito Maia



**Ana Lúcia Murta** é a nova médica do trabalho do Sindieletro. Ela se graduou e fez residência em Medicina Preventiva e Social, focada na saúde do trabalhador, pela Universidade Federal de Minas Gerais. O atendimento com a médica deve ser agendado pelo telefone (31) 3238.5000.

lho. Afinal, a vida e a saúde do trabalhador são mais importantes que o lucro da empresa”.

## Saúde do trabalhador é desafio para todos

A médica do Sindieletro destaca que saúde não é só o bem-estar físico, mental e social do indivíduo e inclui ter condições dignas de trabalho, oportunidades de educação ao longo da vida, direito ao lazer, à moradia digna, à terra e aos cuidados básicos de saúde. “Para o trabalhador, saúde é ter direito a ambientes de trabalho saudáveis, ter condições de interferir nos processos de trabalho, usando sua experiência e seu saber para melhorar suas atividades, ter direito à informação sobre os riscos no ambiente de trabalho e a se negar a executar atividades sem as condições adequadas de segurança. Adquirindo esta consciência, o trabalhador se torna sujeito, se coloca no centro do processo de trabalho”, afirma Ana Lúcia.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os maiores desafios para a saúde do trabalhador, são os problemas ocupacionais ligados às novas tecnologias de informação e automação, novas substâncias químicas e energias físicas e riscos de saúde associados a novas biotecnologias. Também apresentam risco elevado a transferência de tecnologias perigosas e o envelhecimento da população trabalhadora. “No caso da Cemig estamos preocupados com o número de mortes por acidentes de trabalho, de afastamentos e de doenças profissionais entre os eletricitários. Por isso, precisamos ampliar cada vez mais nossa discussão sobre as condições de saúde e segurança na empresa”, afirma Jairo Nogueira Filho.

# IBGE mostra que Brasil das privatizações produziu desemprego e falta de investimentos

*A retomada de investimentos foi consolidada no governo Lula, que gerou 6 milhões de postos de trabalho, enquanto a gestão de FHC só conseguiu gerar 700 mil empregos*

Neste 2º turno da eleição o tema privatizações tem esquentado os debates. Dois projetos políticos distintos se colocam e pelo passado de oito anos de FHC e mais 12 anos do PSDB em São Paulo, desafiam o candidato Alckmin que tenta se desvincular da prática tucana com a repetida afirmação de que não promoveria privatizações num hipotético mandato presidencial.

No entanto a recente história do desmonte de grande parte do patrimônio público brasileiro não deve ser ignorada, sob risco de, mais uma vez, a população ter que pagar a conta. O próprio ex-presidente Fernando Henrique defendeu recen-

temente, em carta amplamente divulgada, o projeto de privatizações do PSDB.

De 1995 a 2002 as privatizações do sistema Telebrás, Vale do Rio Doce, bancos e diversas estatais do setor elétrico, como a Eletropaulo, Excelsa e Light renderam mais de US\$ 100 bilhões. A pergunta que se faz, hoje, é: para onde foi todo este dinheiro?

Dados do IBGE apontam que além de privatizar, o governo tucano investiu muito pouco no setor elétrico. Com a gestão Lula aconteceu o contrário com o fortalecimento das estatais do setor. Durante a era FHC a luz chegou só para 2,7 mil pessoas pobres. O progra-

ma Luz para Todos já atendeu três milhões de brasileiros de baixa renda. Desde 2003 houve 1.567 empreendimentos que estão gerando 95.744.495 kW, com a previsão de mais 26.967.987 kW na capacidade de geração de energia com os 65 investimentos em construção. Já nos anos FHC, além de não haver dados de investimen-

tos, o país enfrentou o apagão.

Na era das privatizações a taxa de desemprego foi de 11,7% nas regiões metropolitanas e o governo tucano conseguiu gerar só uma média de 87,5 mil empregos por ano. No governo Lula esta taxa é de 8,3% e já foram criados 6 milhões de empregos, uma média anual de 1,14 milhão.



## Telemar retrata caos

A privatização da Telebrás, em 1998, foi marcada por irregularidades. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel), Fernando Cançado, lembra da suspeita de compra de deputados para aprovar a privatização.

Ele cita ainda as denúncias a partir de grampos telefônicos que registram conversas entre o então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Resende, articulando o apoio da Previ para beneficiar o consórcio Opportunity.

Quando foi privatizada a Telemig (hoje Telemar) tinha 8.500 trabalhadores próprios e atualmente conta com aproximadamente 1.600 e mais de cinco mil terceirizados. Um estudo do Sinttel

em parceria com o Dieese aponta que em 1994 a assinatura do telefone fixo era de R\$ 0,64, hoje é de R\$ 38,36, confirmando grandes prejuízos também para os consumidores.

O analista de sistema da Telemar, Elder Gomes, sente na pele as consequências da privatização. “Com a redução drástica de pessoal temos muita sobrecarga de trabalho, pressão e muitos companheiros doentes. O salário foi achatado, implantou-se a remuneração diferenciada e as relações de trabalho estão muito individualizadas”, revela.

Fernando Cançado diz que a cooptação e ameaça de demissão hoje enfraquecem o poder de negociação dos telefônicos que restaram na Telemar fazendo com que luta “deixasse de ser coletiva”.

## Investimentos de volta às estatais

Para o secretário de Energia da FNU e diretor do Sindieletrô, Franklin Gonçalves, as privatizações fizeram parte de um modelo econômico equivocado para fazer caixa frente à balança de pagamento negativo e a paridade do real com o dólar. Segundo ele, o PSDB promoveu uma “abertura econômica” com ajuste fiscal muito duro e um Estado mínimo.

“No setor elétrico, houve a redução de 120 mil postos de trabalho, aumentos recordes das tarifas e investimentos mínimos

que trouxeram o apagão”, lembra. De acordo com o IBGE, o aumento da tarifa de energia de 1994 a 2002 foi, em média, 227,26%.

Franklin lembra que o Grupo Eletrobrás é hoje muito lucrativo e suas empresas são indicadas por analistas de mercado para aplicações em ações. Seus 30 mil trabalhadores negociam Acordos com ganhos reais e conquistaram o fim da Resolução CCE 09, trazendo de volta a igualdade de direitos para eletricitários admitidos a

partir de 1996.

“O novo modelo adotou leilões públicos de venda de energia, garantindo maior transparência e melhor preço para o consumidor das distribuidoras”, destaca. Para Franklin, os novos desafios para os próximos quatro anos são a criação de uma tarifa social e a permissão para que as estatais tenham acesso ao financiamento do BNDES quando forem majoritárias nos empreendimentos do setor, assim como existe para as empresas privadas.

## Auto-suficiência em petróleo

Alexandre Heringer, representante dos eletricitários no Conselho de Administração da Cemig, destaca que o país é hoje auto-suficiente em petróleo, tem aumentado as reservas de gás natural e redesenhou um novo modelo energético que descarta o apagão.

Ele avalia que o Brasil se tornou grande referência mundial na produção de biocombustíveis líquidos e é beneficiado por um excelente nível de radiação solar, terras férteis e recursos hídricos abundantes. “Não abrimos mão de nossas vantagens competitivas e garantimos um modelo energético invejável. No governo FHC, mesmo com tanta oferta de recursos, não houve competência e responsabilidade”, critica.